



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

ATA DA 377ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CEPRAM.

Às nove horas do dia seis de dezembro de 2013, no auditório da Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia - CERB, no Centro Administrativo da Bahia-CAB, Salvador - Bahia, realizou-se a 377ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM. Estiveram presentes Mariana Stefanelli Mascarenhas – SECEX, Vera Lucia Frazão Barreto Alves - SEINFRA, Giovanna Carrozzo – PETROBRÁS, Ricardo Eugênio Cassamassimo – SINDPACEL, Fernando Eugênio Coutinho Albuquerque – TEQUIMAR, Ana Paula Leal Meira – SEDUR, Romeu Figueiredo Temporal – SEPLAN, Pedro Tavares – ALBA, Leticia Coelho da Costa Nobre – SESAB, Luiz Fernando Galvão Almeida – SINDBRITA, Aurinézio Calheira Barbosa - COFIC, Leila Marcia Souza Oliveira – Sindicato Rural de Camacan, Alessandra Terezinha Chaves Cotrim Reis – AIBA, Wilson Andrade – ABAF, Evilásio Fraga – Sindicato Rural de Coaraci, Agnaldo Bahia Monteiro Neto – AHSEB, Arnor de Oliveira Fernandes Junior – ABES, Cicero Gonçalves de Sena Neto – Federação de Comércio de Bens e Serviços e Turismo da Bahia, Miguel da Costa Accioly – UFBA, Josemário Martins da Silva – Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santo Amaro, Claudio de Carvalho Mascarenhas – GERMEN, Martin Mair – ADES, Renato Pêgas Paes da Cunha – GAMBA, Daniel Melo Barreto – BIOESTE, Melquiades Spinola de Oliveira – CEPEDES. Justificaram a ausência Luciano Fiuza, José Carlos Gallindo, Adolfo Viana, Marcos Aguiar Viana, Kátia Lima, Marcelo Nunes, José Celestino, Ailton de Jesus Araújo e Iglesias Brasil Cabalero. Por ausência de *quorum*, houve inversão de pauta e a reunião foi iniciada com a apresentação de João de Deus Souto Filho gerente da Unidade de Operações e Exploração e Produção da Bahia-UO/BA/Petrobrás, sobre a exploração do gás de xisto no estado, que foi uma solicitação de Martin Mayr na reunião anterior. João de Deus apresentou o Programa de Exploração, Produção e Monetização de Gás Natural nas Bacias Sedimentares Terrestres Brasileiras – PROMGAS que visa, nas áreas em que a PETROBRAS tem concessão, seja de exploração ou de produção, avaliar o potencial dessas áreas para produção de gás convencional

17 D.

sem Oliveira.

ni



33 ou não convencional. Esclareceu a respeito da nomenclatura técnica correta
34 que seria "gás de folheiro", onde o folheiro seria uma rocha sedimentar que se
35 caracteriza por ter baixa porosidade e baixa permeabilidade que necessita de
36 estimulação para possibilitar uma produção comercial do gás. Discorreu sobre
37 o processo de exploração que se inicia com obtenção das autorizações e
38 licenças ambientais, depois para a construção de vias de acesso se forem
39 necessárias, pesquisa exploratória e posteriormente a perfuração dos primeiros
40 poços denominados de poços exploratórios. Demonstrou que há uma coluna
41 considerável de rocha que isola o folheiro da superfície, com profundidades
42 superiores a três mil metros nas bacias brasileiras, e garantiu que os riscos são
43 semelhantes à exploração do gás convencional, não apresentando novos
44 riscos, além de que a tecnologia é aplicada em outros países desde a década
45 de cinquenta, o que assegura o domínio completo da operação. Colocou que
46 todas as operadoras do Brasil atendam a um conjunto de normas da ANP e
47 regulamentos dos órgãos ambientais. Sobre a contaminação e uso da água
48 explicou que existe um conjunto de pacotes rochosos que variam de 1.500 a
49 4.500 metros separando os aquíferos portadores de água doce desses
50 folhelhos. Explicou sobre a técnica de perfuração de poços horizontais e que
51 todos os projetos atuais trabalham com a recomendação do tratamento e reuso
52 de água, onde no fraturamento hidráulico ela seria recaptada, tratada e
53 reutilizada. Além disso, falou sobre a disponibilidade no mercado de produtos
54 químicos biodegradáveis da chamada tecnologia de água limpa para as
55 operações de fraturamento artificial, citando o exemplo da experiência
56 Canadense no uso de fluidos de fraturamento com tecnologia de "água limpa",
57 apresentada em Workshop realizado em Salvador. Ressaltou que não tem
58 nenhuma produção de gás de folheiro comercial no Brasil. Terminada a
59 apresentação do João de Deus, foi iniciada a apresentação do Martin Mayr,
60 conselheiro do CEPRAM, que apresentou contrapontos à exploração do gás de
61 folheiro e comentou que a sua posição é de que a Bahia corre riscos na medida
62 em que facilita a exploração desse tipo de gás. Destacou que apesar de o
63 leilão já ter sido realizado, as sociedades regionais do Oeste da Bahia não
64 estavam a par do processo de exploração, o que culminou a apresentação



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

solicitada ao Conselho que ocorria nesta data. Colocou que a apresentação do senhor João de Deus ajudou a esclarecer alguns pontos a respeito do assunto. Apresentou os lotes que entraram no leilão, cujos tamanhos alcançam até dois mil quilômetros quadrados, e estão localizados nos seguintes municípios: Recôncavo - Camaçari, Candeias, Cardeal da Silva, Entre Rios, Esplanada, Dias D'Ávila, Itanaca, Mata de São João, Pojuca, São Sebastião do Passé e Simões Filho, onde dos quinze lotes do Setor II do Recôncavo, nove ficaram com a PETROBRAS e seis com uma empresa da Colômbia. E do Setor IV, oito lotes com a PETROBRAS, quatro com uma empresa do Canadá e dois com empresa brasileira sediada em São Paulo. Os lotes do Oeste, das Bacias do Rio Grande e do Rio Corrente - Barreiras, Correntina, Jaguarantins, Luís Eduardo Magalhães e São Desiderio não houve ofertas. Martin levantou o questionamento sobre os motivos pelos quais estas ofertas não ocorreram. Comentou que a discussão internacional considera a atividade de exploração do gás de folheio de alto risco ambiental e discorreu sobre a preocupação com os dejetos e contaminação da água, a periculosidade das substâncias químicas injetadas nas perfurações, a proliferação de microrganismos, o perigo de emissão de gás metano que é liberado no processo de movimentações tectônicas além a disputa pela água, citada como um dos principais impactos. Ressaltou que o anuncio do leilão ocorreu pouco menos que um mês de sua realização e considerou muito simples o parecer com o aval positivo na integra no site da Agência Nacional de Petróleo, considerando que o empreendimento é de grande magnitude. Falou também que deveriam ser consultados o CEPRAM e os Comitês das Bacias Hidrográficas do Rio Grande, Rio Corrente, do Recôncavo. Comentou sobre o manifesto encaminhado a Presidenta Dilma, contrário a exploração do gás de folheio, que foi assinado pela Sociedade Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Associação de Servidores e Agência Nacional de Águas, Associação dos Engenheiros da PETROBRAS, Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e a Academia Brasileira de Ciência e Estudo Socioambiental. Concluiu colocando que seria leviano autorizar a exploração do gás de folheio sem antes uma

Sampaio Oliveira



97 avaliação e reflexão profunda por parte da sociedade brasileira acerca de seus
98 custos e benefícios, o que não havia ocorrido até o momento. Concluídas as
99 apresentações, foi aberto o debate. O conselheiro José Mário fez um breve
100 levantamento sobre as disputas atuais pela água, colocou a importância do
101 balanço hídrico do aquífero de Tucano e a importância de consultar também a
102 Bacia do Itapicuru que possui impacto significativo na disputa pela água. Falou
103 também da preocupação em relação à espeleologia das cavernas localizadas
104 na região da Bacia do São Francisco no Oeste e sugeriu a ampliação do
105 debate. O conselheiro Daniel Melo Barreto – BIOESTE solicitou esclarecimento
106 do resultado da perfuração de um poço de pesquisa no Município de Luís
107 Eduardo Magalhães que pelo licenciamento, foram investidos 87 milhões de
108 reais. João de Deus esclareceu que trata-se de um poço estratigráfico da
109 Agência Nacional de Petróleo, não da PETROBRAS, que houve um problema
110 no processamento desses dados sísmicos feitos na Inglaterra, ocorrendo um
111 erro de previsão da profundidade final deste poço. A PETROBRAS apresentou
112 o parecer de que não adiantava mais seguir avante, porque não tem mais bacia
113 sedimentar. A ANP analisou e autorizou a conclusão do poço. O conselheiro
114 Renato Cunha – Gambá comentou que vários países que estavam fazendo
115 esse tipo de exploração, como a França, Inglaterra, Irlanda, Canadá estão
116 encerrando esses processos pelas preocupações socioambientais, e
117 questionou a contradição do Brasil ingressando neste tipo de atividade. RIVAS
118 - Assessor do Secretário de Planejamento Gabrielli, Geólogo da PETROBRAS
119 se pronunciou esclarecendo que não houve interesse na Bacia do São
120 Francisco que, como já dito, se trata de uma bacia rasa, na qual se esperava
121 mais de quatro mil metros e parou em aproximadamente oitocentos metros,
122 perdendo a atratividade. Destacou que é associado na Associação de
123 Engenheiros da PETROBRAS e nunca foi consultado sobre o manifesto e
124 declarou-se contrário ao mesmo. Falou que no Brasil existe interesse
125 comercial, contudo ainda encontra-se na fase de comprovar a existência desse
126 gás e a possibilidade desse gás ser produzido em escala comercial, o que vai
127 definir os passos seguintes. A conselheira Leticia Coelho da Costa Nobre –
128 SESAB manifestou-se quanto a preocupação da abrangência do sistema



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

ambiental, o qual requer análise mais profunda levando em conta diversas variáveis. Destacou também o fato de que mesmo já havendo a constatação da pouca profundidade do poço do Oeste, a região participou do leilão, sugerindo a reflexão. Concluídas as discussões, Mariana Stefanelli comunicou que não havia mais *quórum*. João de Deus agradeceu o convite em nome do Gerente Geral da Unidade de Negócios da PETROBRAS na Bahia disse que a PETROBRAS está à disposição e tem muito interesse no debate com diversos seguimentos da sociedade. Falou que considera que de fato o tema é complexo e só será devidamente compreendido se a sociedade de um modo geral tiver as informações corretas. Renato Cunha propôs como encaminhamento, que na próxima reunião em fevereiro da Câmara Técnica de Políticas Públicas ocorra discussão com esclarecimentos de informações e posicionamento do INEMA. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada na qual eu, Michele Cedro Cardoso, lavrei esta Ata que será assinada por mim e pelos membros presentes. Salvador, 06 de dezembro de 2013.

MEMBROS:

Agnaldo Bahia Monteiro Neto – AHSEB
Alessandra Terezinha Chaves Cotrim Reis – AIBA
Ana Paula Leal Meira – SEDUR *Ana Paula Leal Meira*
Arnor de Oliveira Fernandes Junior – ABES *Arnor de Oliveira Fernandes Junior*
Aurinézio Calheira Barbosa - COFIC
Cicero Gonçalves de Sena Neto – Federação de Comércio de Bens e Serviços e Turismo da Bahia
Claudio de Carvalho Mascarenhas – GERMEN
Daniel Melo Barreto – BIOESTE *Daniel Melo Barreto*
Evilásio Fraga – Sindicato Rural de Coaraci *Evilásio Fraga*
Fernando Eugênio Coutinho Albuquerque – TEQUIMAR
Giovanna Carrozzo – PETROBRÁS
Josemário Martins da Silva – Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santo Amaro



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

- 160 Leila Marcia Souza Oliveira – Sindicato Rural de Camacan *Leila M. S. Oliveira*
- 161 Leticia Coelho da Costa Nobre – SESAB
- 162 Luiz Fernando Galvão Almeida – SINDBRITA
- 163 Mariana Stefanelli Mascarenhas – SECEX
- 164 Martin Mair – ADES *Martin Mair*
- 165 Melquiades Spinola de Oliveira – CEPEDES *Melquiades Spinola de Oliveira*
- 166 Miguel da Costa Accioly – UFBA *Miguel da Costa Accioly*
- 167 Pedro Tavares – ALBA
- 168 Renato Pêgas Paes da Cunha – GAMBA
- 169 Ricardo Eugênio Cassamassimo – SINDPACEL
- 170 Romeu Figueiredo Temporal – SEPLAN
- 171 Vera Lucia Frazão Barreto Alves – SEINFRA
- 172 Wilson Andrade – ABAF